



Diretoria Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde Núcleo de Planejamento e Avaliação Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO Secretaria Executiva

Ata da Terceira Reunião Ordinária/2012 da Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO

Às nove horas e quarenta e cinco minutos de quatro de setembro de dois mil e doze, 1 2 na sala cinco da Diretoria Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde (DGETSUS) em Palmas, Tocantins, a Secretária Executiva da Comissão de Integração 3 Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO, Senhora Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana, deu 4 início à terceira reunião ordinária, com a maioria simples dos membros da CIES, 5 desejando boas-vindas a todos. A Secretária Executiva da CIES apresentou a pauta com 6 os seguintes itens: 1 - Abertura com presença do Senhor Secretário de Estado de 7 Saúde do Tocantins; 2 – Leitura, Pactuação e Aprovação da Pauta; 3 - Observações de 8 9 alterações e aprovações das ATAS de reuniões: a) 15 de março de 2012; b) 22 de maio de 2012. 4 – Apresentações para consenso.4.1 – Apresentação de proposta de 10 repactuação de recurso do PEP 2011, Qualificação e Reanimação Neonatal R\$ 11 63.099,00 e Curso de Especialização de Urgência e Emergência para Médicos R\$ 12 13 214.750,00. Repactuar para proposta de Cursos de Suporte Básico e Avançadode Vida 14 total de R\$ 280.000,00. Solicitante/Expositor (a) Sra. Márcia Cristina G. Siqueira -DGETSUS/DGES/CE. 4.2 – Repactuação de Saldo de Recurso da Oficina de 15 16 Monitoramento e Avaliação da PPI do PEP 2009, R\$ 41.089,25 para o Curso Básico em 17 Promotores da Saúde e Desenvolvimento Social do PEP 2010. Solicitante/Expositor (a) 18 Sra. Márcia Cristina – DGETSUS/DGES/CE. 4.3 – Repactuações de recurso do PEP 2010, Curso para Promotores de Saúde do CIR - Médio Araguaia para o Curso Básico 19 20 Promotores da Saúde e Desenvolvimento Social do PEP 2010. Solicitante/Expositor (a) 21 Sra. Márcia Cristina – Coordenação de Ensino – DGETSUS/DGES/CE. 4.4 – Repactuação 22 de recursos de PROFAPS 2011 para Cursos Pós-Técnicos. Solicitante/Expositor (a) Inez 23 dos Santos Gonçalves - DGETSUS/DEP. 4.5 - Apresentação de proposta e Projeto para repactuação de recursos do PROFAPS 2011, Curso Técnico de Hemoterapia para o 24 Sistema ONLINE de Gestão Escolar da DGETSUS/TO. Solicitante Sra. Inez dos Santos 25



SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

Gonçalves - DGETSUS/DEP, Expositora Sra. Fabíola Sandini – Secretaria Geral de Ensino 26 da DGETSUS. 4.6 - Apresentaçõesdos Projetos PAREPS/PROFAPS/PEP - 2012/2013. 27 Solicitante Sra. Linvalda Henriques Rodrigues, Expositora Sra. Márcia Cristina -28 DGETSUS/DGES/CE.5 - Repactuação dos recursos diversos e PEP 2008/2009/2012 e 29 2011 para Execução de Processos Educacionais para apoio as Redes de Atenção a 30 Saúde. Do PEP 2008, o saldo do Curso de Atualização com Ênfase em Urgência e 31 32 Emergência é de R\$ 174.818,85 e saldo do Curso Técnico em Vigilância em Saúde R\$ 91.922,92 totalizando 266.741,27. Do PEP 2009 1 - Capacitação em Serviço sobre 33 Noções Básicas de Biossegurança no valor de R\$ 55.00,00. 2 – Qualificação do Plano de 34 Redução da Mortalidade Infantil R\$ 367.479,78 totalizando R\$ 422.479,78. Do PEP 35 2010 – 1 Recursos para Implementação da CIES Norte R\$ 60.555,52. 2 - Recursos da 36 Oficina de Educação Permanente na CIR Médio Araguaia R\$ 23.072,00. 3 - Recursos de 37 Oficinas de Educação Permanente no CIR Médio Norte R\$ 26.394,00 totalizando R\$ 38 110.021,52. Do PEP 2011, Recursos referentes a 1 - Caderneta do Adolescente R\$ 39 40 67.850,00. 2 - Aperfeiçoamento em Saúde Mental R\$ 280.723,50. 3 - Curso de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos R\$ 10.750,10. Totalizando 359.323,60. 41 A soma de todos os recursos de todos os PEPS é de R\$ 1.158.566,17. 6 - Informes; 6.1 42 - Curso Nacional de Qualificação de Conselheiros de Saúde - Solicitante/Expositor: Sr. 43 Wolney Jácomo. A Sra. Márcia Valéria perguntouse havia alguma alteração a ser feita 44 em relação à pauta da reunião. A Sra. Inez dos Santos Gonçalves - DGETSUS/DEP 45 solicitou que o item 4.4, fosse transferido para tarde. A pauta foi acrescida de dois 46 47 itens para informes; 6.2 -A Conformação das Novas Regiões de Saúde a ser 48 apresentado pela Sra. Elizangela; 6.3 – Informe sobre a CIES Norte, apresentado pela Sra. Talita Tenório. Após a leitura e adequação da pauta, a mesma Fo iaprovada por 49 todos. A reunião prosseguiu com o primeiro ponto de pauta: 1 - Abertura com o Senhor 50 Secretário de Estado da Saúde - TO - a Sra. Márcia Valéria destacou o motivo da 51 ausência do Senhor Secretário na reunião, sendo queo mesmo se dispôs a estar 52 presente tão logo chegue da visita aos hospitais do município de Araguaína - TO.2 - A 53 Sra. Márcia Valéria - Secretaria Executiva da CIES/CIB-TO, explanou que as reuniões da 54 55 CIES sempre têm o momento informativo, porém nesta não houveem função do



57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

quantitativo de projetos a serem apresentados, voltando a acrescer esse ponto na reunião seguinte: "o que não significa que na próxima reunião não voltemos à praxe de discutir este ponto de pauta e aceitamos sugestões. Quais as dificuldades, fragilidades para que possamos trazer pessoas que possam esclarecer, responder a essas demandas". 3 - Observações de alterações e aprovação das atas de reuniões. A ata da reunião do dia quinze do mês de março do corrente ano, com alterações solicitadas pela Sra. Juliana Ramos Bruno - CGR Capim Dourado. As alterações foram feitas e reencaminhadas e consensuada pelos presentes. Em relação à ATA de vinte e dois dias do mês de maio do ano vigente, a segunda reunião Ordinária da CIES, a Sra. Elizangela - CIB/TO observou que a redação do texto da ata teria que ser claro, para melhor entendimento dos membros e diz que a linha 255 descreve: "A Sra. Elizangela da CIB/TO, questionou contra os critérios para os cursos das áreas citadas e observou que não aparecem os cursos para gestão". E para melhor clareza a redação da supracitada linha ficou da seguinte forma a descrever na linha 425: "A Sra. Elizangela Braga concordou com a Sra. Erlaene e acrescentou que há um déficit de profissionais no estado comtitulação de doutor, questionandose a população de mestres não seria o suficiente para atender a demanda". Este assunto refere-se ao ponto de pauta que fala sobre o PET Saúde que solicita a titulação de doutorpara participação no processo seletivo. "Estávamos falando sobre a escassez de profissionais no estado", ratificou a Senhora Elizangela. A ata foi aprovada com as sugestões. A Sra. Márcia Valéria informou que apesar da pauta da reuniãoter sido consensuada, o Sr. Andreispediu a palavra para um informe sobre as portarias dos cursos que serão realizados, a ser feito ao final da reunião. 4 – Apresentações para consenso. Os pontos de pautas 4.1, 4.2 e 4.3 serão apresentados pela Sr.ª Andréia Claudino - Coord. de Ensino/DGETSUS, devido à coordenadora a Sra. Márcia Cristina Godoyestá com problema de saúde enecessitando ausentar-se. 4.1 - Repactuação do recurso dos cursos Reanimação Neonatal no valor de R\$ 63.099,00 e Especialização de Urgência Emergência para Médicos no valor de R\$ 214.750,00. A Sr.ª Andréia Claudino esclareceu os motivos da não realização dos mencionados cursos: Em relação à especialização para médicos a não realização é devido o alto custo da especialização e o baixo valor disponibilizado



87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

para realização dessa. Com esse valor a área técnica não conseguiria manter a qualidade da especialização. O curso de Reanimação Neonatal o principal motivo foi a não aprovação pela área técnica. Sendo justificativas plausíveis pararepactuação para a proposta do curso Suporte Básica e Avançado de Vida, totalizando R\$ 280.000,00. A Sra. Márcia Valéria informou que o projeto do curso foi enviado pra os membros da CIES, em razão da complexidade e especificidade do curso. O curso é uma necessidade das áreas técnicas, partindo do levantamento do FORMSUS. E afirmou: "Estou ressaltando devido está fazendo parte do núcleo de planejamento e avaliação da ETSUS, e é valido eu esclarecer, pois quando houve a distribuição do recurso do PEP 2011, o levantamento realizado para esse curso de especialização com ênfase em urgência e emergência, pensou-se em um valor e o mesmo não contemplava o número de profissionais do SUS, sendo que a grade curricular não era compatível. E diante de outra necessidade, poderia atender um numero maior de profissionais com esse recurso. Diante do exposto pensou-se em fazer a junção do recurso do curso de reanimação neonatal que também faz parte desse suporte básico e avançado de vida e oferecer outra proposta educacional que contemplassem mais profissionais, mantendo o mesmo público". A Sra. Elizangela - CIB/TO - ressaltou que não observa os fisioterapeutas como público alvo pra atendimento de urgência, apesar de atuarem nas urgências diretamentecom as equipes. A Sra. Andréia Claudino - CE/DGETSUS salientou que o público alvo da especialização em urgência e emergência éa categoria médica, com objetivo de reverter esse recurso para o Suporte Básico. A Sra. Klauren -CE/DGETSUS -esclareceu que o foco do projeto não altera, sendo, capacitar os médicos em atendimento não só com o suporte básico, mas com o suporte avançado de vida que é um atendimento exclusivo do médico, pertinente a essa categoria. Ressaltou que a especialização é ampliadae contemplada não só com disciplinas específicas na urgência. Sendo um público difícil de ser retirados das unidades. Com todas essas questões e o valor que foi orçado, esse não contemplaria hoje um curso de qualidade, por essa razão foi pensada essa modificação. E ressaltou: "a alteração proposta é no conteúdo e na metodologia a ser aplicada". Sra. Erlaene – Vigilância em Saúde questionou se a modificação no curso reanimação neonatal é saldo. A Sra.



117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

Andréia – CE/DGETSUS –respondeu que não é saldo, o motivo foi por solicitação da área técnica. O Sr. Marcos - Indagouse o assunto se tratava do projeto do curso de suporte básico e avançado de vida? A Sra. Andréia - CE/DGETSUS: respondeu afirmativo, e falou do recurso necessário para a realização do curso de suporte básico que é R\$ 280.000,00, repactuando apenas o recurso da especialização com em urgência e emergência para médicos não daria para executar o mesmo. A Sra. Elizangela - CIB/TO questionou novamente sobre o público alvo do curso. A Sra. Andréia – CE/DGETSUS falou que houve um equívoco no documento enviado. A Sra. Erlaene - Vigilância em Saúde reafirmou o público alvo do curso: enfermeiros, técnicos de enfermagem. A Sra. Márcia Valéria – Secretária Executiva CIES - CIB/TO reiterou que se fosse consenso, o curso em questão seria para mais profissionais, e iria contemplar todas as categorias: "sendo consensuado na CIESesse curso não abrangeria apenas os médicos". A Sra. Elizangela – CIB/TO observou: "geralmente os médicos ficam mais a vontade quanto o curso é direcionado à categoria". Ressaltou sobre o suporte básico e voltou ao questionamento em relação à categoria dos fisioterapeutas e da importância que a esses profissionais têm na UTI e no atendimento da urgência e emergência. Sra. Márcia Valéria explanou que nesse sentido, valeria a pena antecipar a discussão sobre o FORMSUS, pois o FORMSUS foi encaminhado para todos os hospitais do estado, e, apenas duzentos profissionais preencheram. Sabe-se que temos uma população nessas unidadesque se aproxima a três mil profissionais. Frisou que é interessante cinquenta e cinco fisioterapeutas terem acessado o FORMSUS, considerando o universo levantado pelo formulário é um indicativo elevado de profissionais, e os mesmos solicitaram curso teórico e prático de fisioterapia em ortopedia e traumatologia. A Secretária Executiva reforçou que a proposta é interessante para estar no Plano de Educação Permanente, um curso específico para a categoria trazendoas questões de suporte básico de vida. Indagou sobre o consenso referente ao projeto dos cursos voltado para médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem ou se seriam acrescentados outros profissionais ou se manteria um curso voltado para o profissional médico, mas observou as demandas explicitadas para cada categoria. Sra. Elizangela – CIB/TO frisou o que estava escrito no projeto: "oportunizar os



147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

trabalhadores que atuam em emergência, médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, atualização e capacitação em relação ao suporte básico e avançado de vida de forma que possa haver interdisciplinaridade no conteúdo teórico e técnico no sentido de responder as demandas da área de atuação". E acrescentou: "Sabemos que não podemos falar de apenas uma categoria profissional, pois os servidores daurgência e emergência têm que apresentar uma interação, pois as equipes são multidisciplinares". A Sra. Andreia-CE/DGETSUS concordou com a Sra. Elizangela e informou que para categoria médica, o CRM já promove constantemente cursos. A Sra. Erlaene questionou o valor do montante de recurso para a atividade e enfatizou se não seria possível dialogar com os profissionais das unidades para averiguar se haveria resultados: "pois não adianta pulverizar o recurso e não atender os resultados esperados para a atividade". A Sra. Elizangela – CIB/TO questionou a Sra. Erlaene qual seria o valor que daria para realizar essa atividade, considerando que temos R\$ 280.000,00. A Sra. Erlaenerespondeu que o custo para aquisição do curso é elevado. A Sra. Márcia Valéria corroborou a Sra. Elizangela, dizendo que o projeto que foi encaminhado versa que o público para o curso são médicos, enfermeiros, e técnicos de enfermagem. A Sra. Elizangela – CIB/TO reafirmou que o projeto é para profissionais que atuam nas emergências das unidades de saúde. "Refere-se a emergências dentro das unidades, o próprio projeto menciona o profissional que atua nas emergências das unidades de saúde. Estamos pensando no pronto socorro, no profissional que esta no suporte, e os questionamentos são os mesmos feitos anteriormente em relação aos fisioterapeutas". A Sra. Erlaene ressaltou que não se pode capacitar profissionais em competência de outra profissão que não são a de sua formação. A Sra. Elizangela -CIB/TO pediu desculpasa Sra. Erlaene e ressaltou que esses profissionais estão nas unidades de saúde têm competências específicas. A Sra. Linvalda Rodrigues/DGETSUS ressaltou que a escola e gestores de processos educacionais têm que trabalhar baseados na competência que estão contidas nos currículos. Com relação à organização da rede de urgência e emergência existe uma equipe multiprofissional, e, conforme pauta da reunião temos recursos para outros projetos; e, com os demais projetos haverá recurso para organização da rede de urgência e emergência e que



177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

atenderá todos os profissionais. E lembrou: "baseados no levantamento do FORMSUS os profissionais que preencheram o formulário foram enfermeiros." Lembrou que a grande dificuldade do sistema de saúde é a questão de urgência. O Sr. Marcos- CIR Capim Dourado questionou se o projeto iria atender os médicos ou a equipe e se a CIES enviará o projeto com as alterações. A Sra. Márcia Valéria respondeu que o projeto é para a equipe: médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. A Sra. Elizangela- CIB/TO indagou se os profissionais que estão na urgência e emergência que não são contemplados no projeto, e estão nesses locais, se seria desvio de função. A mesma ressaltou que esses profissionais têm a competência para estar nas unidades de saúde no setor de urgência e emergência, realizam atividades que são de sua atribuição. A Sra. Linvalda Rodrigues/DGETSUS respondeu que a Senhora Elizangela estava correta, pois há fisioterapeutas, odontólogos, entretanto, o procedimento ABLS é específico para categoria médicos e enfermeiros. A Sra. Erlaene informou que o curso para os fisioterapeutas é específico do suporte cardiorrespiratório. A Sra. Linvalda Rodrigues/DGETSUS ressaltou que o atendimento de urgência e emergência trabalha com risco imediato, o profissional têm pouco tempo para tirar a pessoa do risco, sendo que os profissionais que atendemas necessidades do paciente nesse momento são os auxiliares, técnicos, enfermeiros e médicos. O curso é pra essas categorias do risco. A Sra. Márcia Valéria informou que diante do exposto consensua se a proposta do curso suporte básico e avançado que será para equipe de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, utilizando - se R\$ 280.000,00 oriundos das duas propostas do PEP 2011. Passou-se aos itens 4.2 e 4.3 - Andréia Claudino -Coordenação de Ensino/DGETSUS – 4.2 – Repactuação do valor de R\$ 41.089,25 que é o saldo da Oficina de Monitoramento e Avaliação da PPI, cuja proposta seria que o recurso citado fosse repactuado para o curso básico em promotores da saúde e desenvolvimento social. Sobre o 4.3 - item ligado ao curso supracitado que seria do recurso repassado ao CIR-Médio Araguaia e devido à dificuldade de transferência de recurso para o município. A Sra. Márcia Valéria explanou que o repasse de recurso do de fundo estadual para municipal é bastante burocrático, e, portanto, a representante da CIR Médio Araguaia - Senhora Noledir consentiu oficialmente que se repactuasse o



207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

recurso na CIES e o mesmo seria garantido no próximo PEP de maneira que seja garantido em Resolução CIB que o repasse seja de Fundo Federal para Fundo Municipal. A Sra. Linvalda Rodrigues/DGETSUS ressaltou sobre as pessoas que participam pela primeira vez da reunião e esclarece sobre as repactuações a serem feitas. Informou ainda que assumiu a gestão em 2011 e os PEPS a serem executados com recurso de 2008, 2009 e 2010, primeiro foi realizado uma tentativa de executar esses cursos, mas pela magnitude do recurso seria impossível a Secretaria do Estado operacionalizar, executar a dimensão do recurso. Dentro de todo esse tempo acumulou-se aproximado de R\$ 10.000,00 tanto da ETSUS quanto da DGES. Salientou a dificuldade em executar, operacionalizar dez milhões em reais de recurso, e afirmou: "entendemos que a política é feita a quatro mãos: os gestores municipais, estaduais, o controle social e as instituições de ensino. É onde entra as parcerias onde se deve capacitar do agente comunitário de saúde a residência multiprofissional. Não basta fazer parceria, tem que fazer parceria e repassar o recurso e é isso que vamos fazer, se a UFT vai realizar o curso o recurso será repassado para a UFT. Aprendemos a descentralizar o recurso financeiro e temos o mesmo objetivo em relação aos municípios. Não podemos executar um recurso só pelo fato de ter sido repactuado, tem que haver necessidade, demanda para execução. Tem-se demanda necessidade do curso, daremos procedimento nos tramites, se não tem demanda repactua-se o recurso para outro projeto. Muitas vezes a sobra de recurso, então se pega, junta os valores e pactua novas propostas, projetos municipais, projetos da secretaria, projetos de instituições eles não acabam, eles tem um tempo para serem apresentados pelo exercício. Temos que executar o recurso dentro do ano que foi previsto. Repactuação de recursos não poderá sair da pauta de reunião porque sempre haverá saldo a ser repactuado, a ser aprovado na CIES". E continuou: "e isso não é uma coisa só do Tocantins, das vinte e sete unidades federativas do país, só dois estados estão conseguindo utilizar com tempo oportuno esse recurso, que são Bahia e Espírito Santo, esses dois estados estamos em contato, discussão para vermos o que dá para adaptarmos aqui e sermos mais ágil na organização desse recurso. A Bahia usa uma fundação e o Espírito Santo usa um CREDCURSO, que chama de credenciamento, faz-se



237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

o credenciamento das instituições e depois repassa o recurso para a mesma, haverá cursos que a própria escola irá executar e outros que será por instituições públicas ou privadas. Estamos tentando trabalhar em cima da necessidade do trabalhador, baseando-se no FORMSUS que ainda não é suficiente, necessitamos aprimorar a estratégia de ouvir a necessidade do trabalhador para ajudá-los em cima do que eles precisam. Estamos aqui para crescermos juntos, não somos os donos da verdade e nem sabemos tudo, estamos aqui compartilhando dessas dificuldades que temos". A Sra. Noledir ressaltou a importância da proposta de credenciamento e perguntou se abriria para uma audiência pública. A Sra. Linvalda Rodrigues/DGETSUS respondeu que o Estado do Espírito Santo tem trabalhadoe que a DGETSUS iria conhecer as duas propostas e ver a que mais se adapta às necessidades do Tocantins. A Sra. Noledir informou que é uma forma de chegar até o interior. A Sra. Linvalda Rodrigues/DGETSUS ressaltou: "por isso que não é só para público, é também para privado, que é outro entendimento que temos da educação permanente, daremos sempre prioridade, a primeira opção é para o público, mas nós não excluiremos o privado, até porque as instituições de ensino não são formadas só pelo setor público". Sr. Marcos ressaltou sobre a metodologia a ser aplicada referente à instituição privada ou terceirizada, enfatizando que a mesma deveria ser garantida sempre. A Sra. Márcia Valéria enfatizou: "há muitas discussões em relação a formação dos profissionais, não adianta formar um profissional para ele continuar atuando do mesmo jeito; a política de educação permanente é muito clara - mudança nos processos de trabalho; nos termos de referência, sempre que houver necessidade para credenciamento, chamamento de público não abriremos mão disso". A Sra. Linvalda Henriques enfatizou que os documentos - termos de referência - são públicos e que os membros podem estar olhando ostermos até mesmo para criticarem, para que possam ser melhorados, a metodologia a ser aplicada." O Sr. Neirton - Presidente do Conselho Estadual de Saúde perguntou se conseguiremos conduzir os cursos no mesmo sentido dos princípios do SUS? A Sra. Linvalda Henriques/DGETSUS afirmou que sim. A Sra. Márcia Valéria – Secretária Executiva CIES/CIB-TO perguntou se é consenso de toda a repactuação do saldo da oficina de PPI e do recurso que seria voltado para a CIR Médio



267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

Araguaia. Todos os membros consensuaram a repactuação. A Sr.ª Márcia Valéria informou que o ponto de pauta 4.4 seria apresentado a tarde e deu prosseguimento para o ponto de pauta 4.5 a ser apresentado pela Senhora Fabíola Sandini. 4.5 – Sra. Fabíola Sandini – Secretaria Geral de Ensino/DGETSUS informou sobre o sistema online de gestão escolar, o mesmo foi encaminhado para a CIES, informou que é responsável pela Secretaria Geral de Ensino da ETSUS, pela certificação e toda a parte burocrática relacionada a diplomação dos alunos. O objetivo do sistema é aperfeiçoar os processos administrativos e rotineiros tanto na área administrativa como pedagógico, oferecer a equipe escolar uma ferramenta ágil e de fácil manuseio para inserção de informações inerentes ao processo de diplomação e certificação, tornar mais eficiente o atendimento a comunidade escolar dos cento e trinta e nove municípios e possibilitar através das informações um planejamento das atividades e consequentemente o gerenciamento. É um sistema que todos terão acesso e para compra desse programa ficaria um valor elevado, então fez-se uma parceria com a Secretaria De Educação Do Estado que cedeu esse projeto para a DGETSUS. O projeto é voltado para a educação de nível fundamental e médio, o que não atendia às necessidades da ETSUS. Para fazer a implantação e treinamento com todas as mudanças necessárias foi cobrado um valor de cinco mil reais, e já se previu as manutenções a cada seis meses, no valor de cinco mil reais. A proposta para repactuação é de dez mil reais garantindo as manutenções até 2014. A Sra. Erlaene enfatizou o baixo valor para ser repactuado até 2014. Questionou se o mesmo não será aumentado. A Sra. Fabíola Sandini – Secretaria Geral de Ensino/DGETSUS respondeu que a possibilidade é muito remota. A Sra. Inez -DGETSUS ressaltou que o interessante seria se se começasse o uso do sistema no curso técnico de hemoterapia, pois o professor já inseriria as informações dos diários e saber-se-ia cada vez que averiguasse o sistema o aluno que faltou durante a semana, o que acontece muitas vezes, só após o curso ter terminado. A Sra. Talita - CIR-Médio Norte perguntou se serão todos os municípios que terão este sistema ou apenas Palmas. A Sra. Fabíola - Secretaria Geral de Ensino/DGETSUS respondeu que escola abrange os cento e trinta e nove municípios, que são os alunos dos cursos básicos e técnicos, no momento terá como sede Palmas, mas entrará Araguaína e Gurupi e são



SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

296 os três pólos de formação que existem hoje. Informou que onde estiverem essas informações elas estarão sendo disponibilizadas. Estamos em fase de implantação e 297 298 treinamento das equipes. A Sra. Inez Gonçalves - Diretoria de Educação 299 Profissional/DGETSUS esclarece a Sra. Talita que o curso que irá começar em Araguaína 300 será utilizado o mesmo sistema pelos professores. A Sra. Fabíola enfatiza que os alunos 301 do curso agente comunitário de saúde serão cadastrados no sistema, essas 302 informações estão na secretaria geral de ensino e todos da secretaria já têm acesso a esse sistema. A Sra. Elizangela - CIB/TO perguntou se o recurso é oriundo de 303 304 rendimento. A Sra. Fabíola Sandini – Secretaria Geral de Ensino – DGETSUS respondeu que não. A Sra. Inez Gonçalves - DEP/DGETSUS informou que esse saldo havia saído do 305 306 curso técnico de hemoterapia que foi utilizado especificamente porque teriam duas turmas que iniciariam em Araguaína. A Sra. Elizangela – CIB/TO questionou se o que foi 307 proposto em relação aos cursos seria utilizado. A Sra. Inez Gonçalves afirmou que sim. 308 309 A Sra. Elizangela - CIB/TO ressaltou que a necessidade de informatizar é urgente. A 310 Sra. Fabíola Sandini - Secretaria Geral de Ensino - DGETSUS informou que as informações não ficaram somente com ela. O Sr. Neirton - Conselho Estadual de Saúde 311 312 informou que é professor e conhece o sistema do estado e pergunta se será o mesmo processo, se os alunos terão acesso. A Sra. Fabíola Sandini – Secretaria Geral de Ensino 313 - DGETSUS informou que o portal do aluno ainda está em processo de implantação no 314 município e no momento os alunos não terão acesso. A Sra. Inez Gonçalves -315 316 DEP/DGETSUS informou que o primeiro passo é a informatização dos diários, das 317 presenças e a interligação com a secretaria escolar, não será aberto ainda aos alunos. 318 A Sra. Linvalda Henriques/DGETSUS ressalta os cursos de vigilância e agente 319 comunitário de saúde em alguns municípios e já poderão ser visualizadas as 320 informações dos alunos. Estamos em regulamentação do exercício profissional. A Sra. Fabíola informou que será feito um relatório devido ser sempre solicitado o número de 321 322 servidores capacitados, nesse relatório poderá saber quem, quantas capacitações fez e se foi concluída a capacitação. "Então se têm essa visão também do sistema, visão de 323 324 gerenciamento escolar". A Sra. Erlaene – Vigilância em Saúde – SESAU ressaltou que a 325 vigilância levou um ano pra conseguir um sistema que diagnosticasse as pessoas que



327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

foram capacitadas, onde, quando, devido não terem esse tipo de informação. "Estamos no segundo mês de utilização e conseguimos visualizar tudo através desse sistema, fico surpresa em saber que ganharam um presente desse porte". O Sr. Marcos questionou se o sistema iria ajudar de modo geral a certificação. Citou o exemplo do município de Palmas ter a regulação dos processos educacionais que são feitos pela educação da saúde, precisando de um banco de dados que facilite tanto para o servidor quanto para o aluno. A Sra. Fabíola explanou: "que se o aluno diz que fez o curso de redução de morte materna e não fez, não podemos certificá-lo, é um curso que tem registro de cento e vinte horas e quando levanta os dados do aluno percebe-se que ele não atingiu às cento e vinte horas, não frequentou o curso, então não podemos certificá-lo. Então é um desafio porque papel se perde, as informações de computadores se perdem, temos que pegar a lista de frequência da pessoa muitas vezes para mostrar que a pessoa não obteve a quantidade de presença necessária para ser aprovado". A Sra. Márcia Valéria - CIES/CIB-TO - NPA - DGETSUS informou que na gestão para resultados o indicador de desempenho é profissional capacitado, portanto, o sistema iria ajudar a escola, diretoria e também a gestão, uma vez que para se calcular o indicador ser complicado em função de profissionais que são certificados aqui e outros que são capacitados em outros locais e seria então, um indicador mais fidedigno, seria muito importante enquanto instrumento de gestão. O Sr. Marcos – CIB CAPIM DOURADO ressaltou a importância como um banco de dados facilitador. A Sra. Fabíola Sandini - Secretaria Geral de Ensino - DGETSUS ressaltou a importância das áreas técnicas enviarem as informações, e a dificuldade que se tem com os facilitadores na hora de preencher a ficha de cadastro, informou ainda que sem o CPF não seria possível inserir informações nem cadastrar alunose só iria funcionar com a colaboração de todos no preenchimento dos dados. A Sra. Talita - CIR-Médio Norte questionou se haveria orientação para as pessoas que irão utilizar o sistema. A Sra. Fabíola respondeu que no primeiro momento somente a equipe escolar, os três pólos que seriam. A Sra. Márcia Valéria solicitou o consenso na proposta de repactuação de dez mil reais do curso técnico em Hemoterapia do PROFAPS 201, a ser destinado para implantação, treinamento e Manutenção do Sistema de Gestão Escolar



357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

na Escola Tocantinense do SUS. Foi consensuado por todos os membros presentes. Em virtude do tempo, foram antecipados os informes. A Senhora Elizangela apresentou a conformação das novas regiões de saúde. Esclareceu que a conformação das novas regiões de saúde é fruto de três reuniões da câmara técnica da CIB, câmara técnica de Gestão, e que duas foram realizadas em junho e uma realizada no mês de agosto. Seguindo o Decreto Presidencial Nº. 7.508/2011 que estabeleceu os critérios mínimos para que seja consolidada a região de saúde. Enfatizou que a câmara técnica trabalhou o tempo inteiro com o apoio da Diretoria Geral de Gestão, lembrando que o produto é fruto também do resultado de uma auto avaliação que foi realizada com os gestores das CIR que e eles mostraram como estava sendo desenvolvidos os serviços e as ações de saúde. Foi apresentado na câmara técnica que as regiões devem ter no mínimo 80% de atenção primária, de cobertura da estratégia e saúde da família, urgência e emergência, um pronto socorro funcionando 24 horas, todos os dias da semana com cirurgião geral e atendimento Obstétrico de risco habitual na região, atenção psicossocial, ou seja, pelo menos um CAPS na região. Um quarto de atenção especializada hospitalar e atendimento ambulatorial em clinica médica, cirurgia geral hospitalar nas clínicas médicas. E o critério de Vigilância em Saúde que ficou estabelecido que se deve ter uma equipe de vigilância constituída legalmente no município. Salientou que eram quinze regiões e agora são oito, pois houve regiões que foram aglutinadas em função do porte populacional e demográfico, então pra o próximo ano, a intenção da SESAU-TO junto com os municípios é garantir recurso, desenvolver ações e serviços que precisam ser melhoradas nas regiões. Os nomes das novas regiões ainda serão definidos na CIB, a proposta foi apresentada e aprovada na CIB e a resolução já está pronta para que o Senhor Secretário assine. O que esta sendo feito na CIB está disponível no site da SESAU www.saude.to.gov.br. A Sra. Inez Gonçalves – DEP/DGETSUS enfatizou a escassez de especialidades assistenciais nas regiões e principalmente no Portal do Jalapão, em função dessa escassez levou-se em consideração a densidade demográfica e serviços ofertados. O Sr. Marcos – CIR Capim Dourado indagou se as CIRS e as regiões de saúde são uma coisa só. A Sra. Elizangela -CIB/TO informou que a principio é isso e que se informará se houver retificação no que



387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

foi dita passará a todos os membros da CIES. Enfatizou a importância da preparação para assinatura do Contrato Organizativo de Ações Públicas - COAP, mas existem outras ações que a própria coordenação da CIB estará preparando para os gestores, auxiliando no momento da assinatura para que se saiba o que de fato se está assumindo ao assinar o COAP, porque esse documento é um instrumento que o judiciário irá utilizar para fazer cobrança das ações e serviços que teria que prestar a comunidade. A Sra. Inez Gonçalves ressaltou que grande parte dos gestores está saindo e, será necessário preparar os novos gestores para todo esse movimento. A Sra. Márcia Valéria informou que conversou com a Sra. Elizangela sobre fazer esse informe é porque temos cursos, processos educacionais voltados pra algumas CIRS específicas, como foi o caso do recurso que saiu da CIR - Médio Araguaia para ser repactuado e a garantia de que esse recurso seja alocado no próximo PEP, para esses municípios que compreendem a CIR - Médio Araguaia, uma vez que agora a CIR - Médio Araguaia se juntaráaos municípios que compõem a CIR de Augustinópolis, isso modifica as demandas, que até agora estão voltadas para as antigas CIRS, por isso que é importante conhecer as novas regiões de saúde porque os cursos que foram pensados para os municípios da antiga conformação. O Sr. Marcos - CIR Capim Dourado ressaltou que se vão incluir mais municípios em determinada região terá que ser pensado em recurso também. O Sr. Neirton - CES pediu que todos esses assuntos fossem repassados para o conselho e que falasse à SESAU que encaminhasse o ponto de pauta que precisa ser aprovado na CIB. A Sra. Elizangela - CIB/TO respondeu que existe uma coordenação na secretaria, que é a Coordenação das CIR e será feito esse encaminhamento. A Sra. Márcia Valéria – Secretaria Executiva CIES/CIB-TO prosseguiu com os informes. O Sr. Wolney/DGETSUS informou que está coordenando a Qualificação para Conselheiros de Saúde, representa a escola líder que é a ETSUS juntamente com a ENSP-RJ, que está realizando o curso juntamente com a FIOCRUZ em parceria com o canal Saúde e a Secretaria de estado, Escolas Redes. As inscrições para os conselheiros iriam até dia dois de outubro de dois mil e doze, para aqueles que se encaixarem no perfil que consta no edital, sendo que o curso será ofertado via o Canal Saúde e será dividido em doze minisséries, que estará dividida em três encontros



417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

presenciais, sendo cem vagas para conselheiros. Enfatizou que no folder estava escrito que seriam cem vagas para titulares e trinta para suplentes destinados aos Conselhos Municipais e duas vagas suplentes para os conselhos estaduais, mas houve redução de vagas. A duração do curso está prevista para quatro meses e o requisito de acesso para os conselheiros é que esses conselhos tenham tido adesão ao Programa de Inclusão Digital - PID, internet banda larga e a atuação dos conselheiros nas suas respectivas áreas. Dever-se-ia levar uma carta de indicação dos próprios conselhos, tanto municipal quanto estadual, 0 site para acessar edital www.ead.ead.fiocruz.br/editais e, as inscrições seriam pelo site. A documentação deveria ser enviada somente via correio conforme o edital para o endereço da escola. O Sr. Joandir – CES informou que a composição do conselho de saúde são oito conselheiros, são cento e trinta e nove municípios, no mínimo são mil cento e doze conselheiros titulares, dispensando os suplentes. Ressaltou que existe uma rotatividade elevada de conselheiros e a proposta é muito tímida. "se é quarenta, não atingirão um centésimo. Se o conselheiro não for capacitado o que será do controle social? Em um universo tão grande de conselheiros o curso irá atingir somente 150? Deixo registrada minha indignação contra essa timidez". A Sra. Linvalda Henriques -DGETSUS disse concordar com o Sr. Joandir, informou que é responsabilidade da gestão e do conselho qualificar não só os trabalhadores, mas os conselheiros também. "Esse curso idealizado pelo Conselho Nacional De Saúde que pediu para que a Escola Nacional De Saúde fizesse pela estratégia de larga abrangência para pegar todo o país, tudo está sendo realizado em parceria que é demanda do Conselho Nacional, apenas operacionalizamos as diretrizes impostas pelo Conselho. Não adianta qualificarmos se não tem estrutura para aplicar o que foi aprendido, um dos critérios é a adesão ao PID, então de certa forma ele exclui, mas faz com que os municípios que ainda não aderiram ao PID façam essa adesão para que os conselheiros possam participar destas e outras qualificações". O Sr. Joandir - CES informou que a oferta de vagas para o curso é um atrativo para que os conselhos se igualem. A Sra. Linvalda Henriques -DGETSUS perguntou "quantos municípios já aderiram ao PID?" O Sr. Joandir respondeu que no ano passado eram sessenta e seis. A Sra. Linvalda Henriques - DGETSUS



447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

explanou que podem fazer esse questionamento, informando que tiveram acesso a essas informações e fazer essa demanda ao conselho nacional, considerando o número de municípios que já aderiram ao PID o numero de vagas é insuficiente e ressaltou a necessidade de informar essa insuficiência no numero de vagas ofertadas. O Sr. Joandir disse que só nas maiores cidade do estado já teriam a demanda do dobro de vagas ofertadas: "É uma demanda de o conselho ter todos os conselheiros capacitados, pois só assim o controle social será efetivo e cumprirá o seu papel". A Sra. Márcia Valéria Secretaria Executiva CIES/CIB-TO informou que posteriormente poder-se-ia pensar em uma forma de multiplicar esses conselheiros que vão ser capacitados. A escola junto com o controle social poderia pensar em fazer uma proposta de que essas pessoas que foram capacitadas pudessem tornar-se multiplicadores. O Sr. Joandir informou que foi realizada em Araguaína uma pequena capacitação de conselheiros: "foram sessenta conselheiros de Araquaína e região juntamente com os municípios circunvizinhos, é pouco, mas já é um começo". O Sr. Marcos – CIR Capim Dourado perguntou se as vagas são apenas para o Tocantins. E ressaltou: "Então realmente não atende, temos que pensar em outras formas talvez em parceria com escola ou conselho municipal da secretaria executiva pra promover e articular capacitação para os conselheiros municipais. Então podem ser pensadas iniciativas a nível estadual com a escola de forma que possa contemplar um numero maior de turmas com mais alunos". O Sr. Joandir ressaltou a importância da coordenação desse curso pensar no usuário: "porque quando é trabalhador o governo se encarrega de trazer o conselheiro pra participar do evento, mas o usuário ele não é funcionário público na maioria deles, então ele não tem a dispensa lá do seu trabalho, não tem quem financia a vinda dele para cá. Então teria que pensar, priorizar o usuário porque ele é o rolamento do controle social, teria que pensar em nível de Brasil uma alternativa para realizar isso". O Sr. Neirton - Conselho Estadual de Saúde afirmou: "Queremos capacitar todos os conselheiros do estado do Tocantins, só quem é conselheiro sabe o que temos passado. O Brasil tem quase cento e noventa milhões de brasileiros e temos mais duzentos e cinquenta milhões de Cartões SUS e tem metade da sociedade brasileira que não tem o cartão nacional do SUS. Isso é assustador, estamos com uma parceria, um grupo de



477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

trabalho de organização do cartão do SUS no Brasil e no Tocantins, convidamos todos a participarem das reuniões do conselho estadual de saúde que é toda 2º quinta feira do mês". A Sra. Linvalda Henriques – DGETSUS informou "tanto o conselho estadual como a FIOCRUZ têm que fazer esses cursos. A FIOCRUZ normalmente trabalha grupo menor para tirar todos os problemas que o curso dá, então eles começamde forma pequena para depois ampliar, é um piloto. A proposta desse curso é nessa base, porque o conselho nacional é formado também por pessoas como vocês e quer capacitar todo mundo, mas a FIOCRUZ estrategicamente não faz isso de uma vez porque sempre tem que ter atividade corretiva". A Sra. Linvalda Henriques - DGETSUS questionou se há mudança de conselheiros. O Sr. Neirton – Conselho Estadual de Saúde informou que com a mudança de gestor, o conselho não muda, só muda o secretário de saúde. O secretario de saúde é o único que é obrigatório ser conselheiro, não é obrigado ser presidente do conselho. A Sra. Erlaene informou que o conselho não tem essa mudança radical porque as instituições são eleitas, tem todo um movimento, tem as conferências, depois tem eleição para o conselho. A Sra. Linvalda Henriques -DGETSUS informou que oencaminhamento seria enviar um ofício dizendo que tem ciência do curso e dizer que essa quantidade de vagas é insuficiente. O Sr. Wolney iria fazer esse relato para coordenação da FIOCRUZ. O Sr. Joandir informou que foi lançado um curso pela FIOCRUZ e que no Tocantins houve oitenta inscrições, mas não houve o curso. O Sr. Wolney perguntou o nome do curso. O Sr. Joandir respondeu que é capacitação para conselheiros e informou que conforme foi colocado sobre o cartão do SUS, Araguaína tem cento e cinquenta e três mil habitantes, tem duzentos e cinquenta mil cartões e a metade das pessoas não tem o cartão. O Sr. Wolney - DGETSUS informou que foi encaminhado para o e-mail dos membros o edital do curso. A Sra. Márcia Valéria - Secretaria Executiva CIES/CIB-TO informou que a Sra. Elizangela completará a informação quehavia passado e em seguida encerrou a reunião pela manhã. À tarde, a Sra. Elizangela informou que de fato são oito CIR, oito regiões de saúde, oito comissões de gestores regionais, o calendário das reuniões será recapitulado, citou ainda exemplo da região do bico que são duas CIR e na verdade se transformou em apenas uma, e que precisa ser definido em consenso com o grupo a



507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

data dessa reunião. O Decreto 7.508 fala da obrigatoriedade da aprovação da conformação na CIR e não cita a questão do conselho. A Sra. Linvalda Henriques -DGETSUS enfatizou que seria interessante na próxima pauta de reunião, considerando que a organização de serviço não se dá por essas reuniões, solicitar à diretoria competente que viesse fazer uma apresentação danova organização dessas regiões, falar sobre essas propostas do COAP. A Sra. Márcia Valéria - Secretaria Executiva CIES/CIB-TO ressaltou que o momento formativo poderia ser o decreto 7.508 e o COAP. Prosseguiu-se a reunião a partir do ponto de pauta 4.4 - Repactuação do recurso do PROFAPS 2011para Cursos Pós-Técnicos. A Sra. Inez Gonçalves DEP/DGETSUS informou que o ponto de pauta 4.4 seria todos os recursos do PROFAPS 2011 que foram executados no ano. Tem-se dois cursos em formatação que seria o curso de aperfeiçoamento para os técnicos de radiologia, o outro seria curso póstécnico em instrumentação cirúrgica, como surgiram alguns detalhes jurídicos ficou-se de fazer o levantamento com a assessoria jurídica sobre esses detalhes para depois apresentarmos esses cursos. Nesse sentido pediu que o ponto de pauta fosse excluído e apresentado na próxima reunião. A Sra. Márcia Valéria informou que o ponto de pauta 4.6 é muito extenso, solicita que a possibilidade fazer a apresentação do ponto de pauta 5 e em seguida voltar ao 4.6, em função de ser elevado o numero de projetos a serem apresentados. 4.6 - Recursos a serem repactuados - A Sra. Márcia Valéria esclareceuque em todas as reuniões da CIES acontecem as prestações de contas dos PEPS anteriores, quando se conclui um PEP ou se há necessidade de repactuações de recursos. No PEP 2008 temos saldos de dois processos educacionais, um saldo que é grande e é até bom esclarecermos que não é por mau planejamento do curso, temos alguns problemas ligados à burocracia, a morosidade dos processos que muitas vezes no afã de concluir a meta física tentam-seoutras soluções e não consegue executar a meta financeira então sobra recurso. Às vezes precisa-se de material didático, mas não se consegue comprar, faz-se então por reprografia, e o recurso que era para comprar aquele material não conseguiu executar. Em 2008 no curso de atualização para auxiliares e técnicos de enfermagem com ênfase em urgência e emergência, não existia o PROFAPS, então o recurso que era para esses profissionais de nível médio



537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

eram realizados com o recurso do PEP, esse é o recurso para esses profissionais. Desse curso sobrou R\$ 178.818,35, do curso técnico em vigilância em saúde sobrou R\$ 91.000,00, no PEP 2008, esse recurso totaliza o valor de R\$ 266.000,00. Em 2009 foi assegurado para o município de Palmas R\$ 55.000,00 para uma capacitação em serviço de noções básicas de biossegurança, então entra o mesmo motivo que é a dificuldade em repassar esse recurso para o município. "hoje, mês nove de dois mil e doze, e o recurso era do PEP de 2009, chegou em 2010 e não conseguimos repassar esse recurso para o município de Palmas, chegou-se ao ponto que o próprio município abriu mão desse recurso, é o final da gestão municipal; se o recurso for repassado de agora para frente eles na terão condições de executar. O município enviou oficio abrindo mão do recurso, o município já tem uma escola de gestão que oferece esse tipo de curso que é biossegurança. Então são R\$ 55.000,00 que estão sendo devolvidos à gestão, para a DGETSUS". E continuou: "no PEP 2009, há uma proposta de qualificação do plano de redução da mortalidade infantil, tem um recurso voltado para o nível médio e o recurso voltado para o nível superior, não que a mortalidade infantil tenha deixado de ser importante, só que hoje trabalhando com uma perspectiva de redes de atenção a saúde, fazer só aquela coisa habitual não iria resolver o grande problema. Então em uma perspectiva de redes de atenção a saúde, a proposta é pegar esse recurso da redução da mortalidade infantil e trazer para dentro dessa proposta maior". A Sra. Linvalda Henriques - DGETSUS enfatizou "não estamos tirando, está ficando R\$ 300.000,00, a capacidade de executar quase R\$ 600.000,00 é inviável. São quase setecentos mil só pra redução sem capacidade hoje de executar, vamos dimensionar para outra ação, com outros parceiros para podermos executar esse recurso. Esses recursos vão ficando de ano a ano e vão rendendo, e nada da ação feita e o Ministério Da Saúde cobrando resultado. A Sra. Márcia Valéria – Secretaria Executiva CIES/CIB-TO continuou: "do PEP 2009 há um recurso de R\$ 422.479,78. No PEP 2010 há um recurso para a implementação da CIES Norte de R\$ 60.555,52 existe a intenção de que essa CIES Norte faça sua primeira reunião neste ano de 2012, em outubro a senhora Talita que é a responsável pela CIES Norte havia marcado para agosto a primeira reunião, mas não foi possível, adiou-se para setembro, masa data que ela pensou em setembro



567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

era uma semana antes das eleições, questionamos com ela se haveria público para esse evento em função de ser tão próxima das eleições municipais e diante dessa situação ela vai repensar em outra data ainda no mês de outubro para fazer essa primeira reunião da CIES norte e o recurso que tem é R\$ 60.555,52 para desenvolver essa reunião, a única que será possível neste ano de dois mil e doze, e não será necessário esse montante. O recurso que tem para a CIES dá para custear as diárias, o que for necessário lá em Araquaína, então resolvemos fazer essa proposta de pactuar esse recurso da CIES Norte e para o próximo PEP pactuar também recursos para a manutenção da mesma. Então são mais R\$ 60.555,52. Outro recurso são os da oficina de educação permanente do CIR Médio Araguaia pelo mesmo motivo pelo qual foi exposto pela manhã com Ananás e oficinas de EP do CIR Médio Norte pelo mesmo motivo também, seria R\$ 23.072,00 do CIR Médio Araquaia e R\$ 23.394,00 do CIR Médio Norte, totalizando do PEP 2010 R\$ 110.021,22. Do PEP 2011 a diretoria de atenção a saúde, de atenção primária tem um recurso de R\$ 67.850,00 para implantação da caderneta do adolescente nos municípios, até a presente data não houve processo empenhado em relação a esse recurso, porque coffee break, não está tendo ata mais, passagem aérea, então nesse momento para desenvolver pela própria escola ou pela própria SESAU não existe condições. Outro recurso que foi acoplado no PEP 2011 é aperfeiçoamento em saúde mental, já existem outras propostas que estão em andamento de saúde mental e o que foi proposto aqui não tem condições de ser executado esse ano. Outro recurso que está no PEP 2011, quem defendeu esse recurso foi a senhora Maria Antônia de Miracema, é um recurso foi pensado no ano passado na primeira reunião da CIES, a senhora Maria Antônia expôs a dificuldade de pessoas que tenham expertises para elaboração de projetos, principalmente projetos para captação de recursos externos e essa proposta já está contemplada em outra proposta e dez mil não daria conta dessa proposta tão grande que inclusive já está sendo pensada de outra forma. Nesse sentido esse recurso está sendo colocado nesse rol para serem repactuados, esses recursos de 2011 soma o valor de R\$ 359.323,60 e pegando cada subtotal de cada ano nós temos o valor de R\$ 1.158.566,17a ser repactuada para prover processos educacionais para as redes de atenção à saúde, no sentido primeiro



597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

da rede de urgência e emergência que precisa ser mais fortalecida nesse momento, temos projeto pensando nisso, estamos reestudando esse projeto por isso não trouxemos aqui, porque para rede de urgência e emergência entram diversas áreas, a assistência farmacêutica, a regulação que é muito importante, então cada um está olhando o projeto dessa forma para ver como fazer melhor processos educativos, para que as pessoas se sintam realmente prontas para trabalhar. Sabemos que hoje o nosso grande gargalo é a população, a assistência farmacêutica, a rede de urgência e emergência, então esse primeiro recurso seria voltado para urgência e emergência, mas ainda vamos pensar para rede geral. É um ponto da rede, a gente está tentando alguns processos educativos para saúde mental, mas ainda temos uma questão básica que são as redes de atenção primária, precisamos trabalhar odontólogo, mas nesse momento, o foco é a urgência e emergência. Então esses recursos seriam voltados para prover processos educacionais voltados a rede". A Sra. Erlaene - Vigilância em Saúde indagou se o recurso repactuado esse ano seria executado somente no próximo ano.A Sra. Márcia Valéria – Secretaria Executiva CIES/CIB-TO respondeu que não, alguns cursos seriam paraoutra instituição realizar: "entramos em contato com a mantenedora da UFT, que é a FAPTO, na pessoa do presidente dessa fundação, recebemos um e-mail dele falando que tinha recebido a nossa intenção de marcarmos um agendamento, mas que eles em função da greve e todos esses problemas, tinham outras prioridades, mas assim que fossem possível eles entrariam em contato conosco, para pensarmos em uma proposta que a instituição local possa desenvolver, se ela não tiver condições de desenvolver eles emite o parecer e poderemos procurar outra instituição, Minas Gerais, Bahia ou Espírito Santo essas instituições que sabemos que tem mais expertises nessa área. Hoje a dificuldade maior é quando a própria escola vai executar o processo que necessita de coffeebreak, passagem aérea e não temos essas atas para poder fazer isso, mas quando o processo para passar para outra instituição é a cooperação técnica e a administração, eles vão cuidar do dinheiro; e para as fundações as condições são menos burocráticas". A Sra. Erlaene – Vigilância em Saúde cita exemplo do no saldo da vigilância e questiona que está em andamento o curso de gestão da vigilância esse recurso já esta no fundo de gestão, quando fomos fazer essa



627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

proposta para esse recurso estávamos pagando a hora de R\$ 60,00, a afirmação é que eles pagam por qualificação do docente, teria condição desse processo ainda ir para lá juntar com outro para mudar o processo ou não? A Sra. Márcia Valéria - Secretaria Executiva CIES/CIB-TO responde que teria que trazer a proposta, ver quanto o valor e que há outra possibilidade que são recursos de rendimento, porque para março esse dinheiro já rendeu outros recursos já rendeu e há a possibilidade, ou o processo já acabou e há um saldo: "tragam a proposta e verificaremos outro recurso". A Sra. Linvalda Henriques - DGETSUS ressaltou que as redes, a política do ministério da saúde, organização por redes: rede de urgência e emergência, saúde mental, da mulher e da criança, mas a prioritária é urgência e emergência. E enfatizou: "então, estamos em consonância com a política nacional. Nós pegamos os recursos que até agora não têm nenhum processo administrativo iniciado, como eles também não tem processo iniciado ou não deu conta de repassar ou por demanda insuficiente ou porque é sobra é uma dessas situações, juntamos esse recurso para levar para uma área que esta sem recurso financeiro para implantação da organização da rede através de protocolo. Quem tem feito isso no Brasil, tem já certa experiência, já tem tempo, o estado que esta mais avançada nessa situação é o estado de Minas Gerais. Então, a intenção é fazer uma parceria com eles, vamos lá juntamente com a Sra. Morgana, com uma advogada para ver, tudo de acordo com a legislação porque não adianta ter vontade e não ser legal". E continuou: "A outra coisa é que não fazemos nenhuma alteração sem passar pela CIES, porque esse recurso ele foi aprovado da forma que ele está aí, então ele tem que ser aprovado na CIES, para ser realizada outra ação. Isso é totalmente legal, agora para que tenha respaldo ou para que isso seja feito e que tenha suporte técnico, suporte jurídico é necessário que a passe na CIES e na CIB, feito isso tem toda legalidade o processo. O recurso da educação permanente é diferente de convênio, se fosse convênio já teríamos que ter devolvido esses anos de 2009 e 2008, tinha que voltar para o fundo nacional de saúde, não poderia utilizar o recurso, então o recurso ele não sai da conta, ele pode ser repactuado, desde que ele seja apresentado na CIES. Outra coisa é isso que a senhora Erlaene está colocando, sabemos que tem necessidade à caderneta do adolescente, mas da forma que está hoje não vamos



657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

conseguir fazer neste ano, considerando que a série histórica mostra que todos os anos nós recebemos recurso tanto do PEP plano de educação permanente como do PROFAPS que é o programa de formação pra nível médio, então esses cursos que já tem o processo vamos fazer o que? Aquele que tiverem adequado e tiverem necessidade vamos passar para o outro ano, que foi o que fizemos em 2010, foi feito uma proposta para três milhões, mas o ministério só passou um, quando foi em 2011 pegamos todas aquelas propostas conversamos com as áreas técnicas e aquilo que as áreas técnicas disseram que ainda havia necessidade nós inserimos no plano de 2011. Então não estamos excluindo só por excluir ou só para utilizar, nós queremos dar uma certa agilidade, oportunizar e que esse recurso possa ser aplicado de acordo com a necessidade atual, eu disse que se a tivéssemos pessoas aqui que pensasse nesse ano um projeto de educação permanente para ser executado daqui a cinco anos e ele tivesse que não ser alterado de jeito nenhum eu tenho certeza que esse profissional já estava na OPAS. É impossível você fazer um planejamento que ele não tenha algum tipo de alteração, sempre vai ter. Uma coisa é o tempo que o ministério repassa o recurso, a outra coisa é o tempo que nós executamos o recurso pela secretaria, são tempos diferentes e o tempo do projeto é outro, quem faz projeto sabe disso, essa gestão não quer fazer só para cumprir tabela, não queremos utilizar o recurso só porque esta lá. Esse dinheiro ele ainda é insuficiente, porque a organização da rede é da rede da urgência e emergência do estado inteiro, passando da atenção primária até a alta complexidade, pelo que temos a dimensão necessidade, esse recurso ainda é insuficiente". A Sra. Rose - Bico do Papagaio ressaltou sobre os protocolos porque diretamente eles estão ligados a rede de urgência e emergência, "se não correr contra o tempo e organizar a os protocolos da atenção primária, não vamos resolver o problema da urgência e emergência, porque é a consequência, alguns dos maiores problemas da urgência e emergência hoje são conflitos dessa falta dos protocolos da atenção primária". A Sra. Erlaene – Vigilância em Saúde indagou que se fala de apoio as redes de atenção, que existe pensamento que seja rede de urgência e emergência, mas no projeto está com uma proposta para uma rede. A Sra. Márcia Valéria -Secretaria CIES/CIB-TO informou que se tem conversado com a Senhora Morgana -



687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

DGAPS e a Eliane Groisman – DAE nesse sentido, com a proposta de trabalhar mais fortemente a rede de urgência e emergência. A Sra. Erlaene questionou que pode se fazer um projeto juntando os R\$ 280.000,00 que a senhora Andréia apresentou que está dentro da rede que é a capacitação básica e avançada na urgência e emergência, talvez se deixar mais claro porque quando falou da rede de atenção, o pensamento é esse, mas não é garantido que vai ser gasto nisso. A Sra. Linvalda Henriques – DGETSUS perguntou se os membros concordam a proposta, se concordarem com propostao segundo passo é construir um projeto e trazer para CIES novamente, se os membros não concordam não tem projeto. A Sra. Márcia Valéria – Secretaria Executiva CIES/CIB-TO informa que se assim for, que constará rede de urgência e emergência e dessa forma será apresentado na CIB. A Sra. Juliana Bruno indaga que tem que ser bem pensado a questão de atenção básica, a qualificação tem que ser desde o ASG até o médico, de como que a rede tem que funcionar, cada unidade na verdade ela está se estruturando uma diferente uma da outra, mas no final para conseguir encaminhar da mesma forma, mas as unidades elas não puderam ter o mesmo formato, então tem que ter muito cuidado na hora de colocar que é só protocolo, porque os municípios também vão ser do mesmo jeito. É pegar um modelo geral, mas que seja adaptado para cada realidade. A Sra. Linvalda Henriques – DGETSUS citou que o que tem ouvido de Minas Gerais: "é que os protocolos na verdade eles dão direcionamento, eles vão dar na sua grande totalidade diretriz, mas a rotina do serviço é responsabilidade do serviço, então a estratégia que vão acontecer, a forma que vou fazer, desde que eu alcance aquele resultado, não discutimos princípios, valores, isso não se discute. Essas diretrizes vão ser de forma geral, a estratégia ela é diferente de unidade, quanto mais de município, ela dá diretrizes, você hoje tem que fazer três consultas, amanhã é cinco, hoje é hanseníase, depois é tuberculose, nós não vamos ficar trabalhando nessa perspectiva, a gente diz e diagnóstico e diz quanto é o número de consulta agora como é que você vai fazer é outra historia. O protocolo ele não tem essa dimensão, o protocolo direciona, ele mapeia o risco, mas o padrão mínimo tem que ter porque a gestante de minas gerais, o número mínimo de consultas dela não pode ser diferente aqui em Palmas, isso é invariável eu não posso dizer que na minha unidade ela só vai



717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

ter três, não posso dizer na minha unidade gestante não tem exame! Tem que ter, então o básico você tem que oferecer". A Sra. Márcia Valéria perguntou se havia mais questionamento e se poderia consensuar esse recurso para processos educacionais para apoio da rede de urgência e emergência. Houve consenso. Passou-se ao item 4.6, - Andréia Claudino - CE/DGETSUS fez um resgate histórico do levantamento de demandas educacionais para o PAREPS por meio de elenco de critérios para elaboração das propostas de projetos. A Sra. Linvalda Henriques – DGETSUS informou que os critérios foram aprovados na CIES, na CIB, e no CONSELHO. A Sra. Andréia Claudino apresentou fotos das oficinas, falou da repescagem dos municípios faltosos. A Sra. Márcia Valéria ressaltou que as oficinas que aconteceram fora, não tinham as fotografias, a saber, Bico Do Papagaio, Couto Magalhães, Guaraí, e outro na região Sul e Sudeste. A Sra. Andréia Claudino informou que após as oficinas foi realizada uma estratégia para avaliar essas demandas por meio da consolidação das demandas educacionais recebidas dos NEPS, elaborados pareceres, distribuídas essas demandas entre os técnicos da ETSUS que foram facilitadores do PAREPS, mas, não no sentido de deferir ou indeferir só olhar se era recomendável e justificar esse parecer. A Sra. Márcia esclareceu que existem dois pareceres, o primeiro é a condição, não como critério, mas, que havia sido consensuado e pactuado, que é o da área técnica, todos os municípios as regiões de saúde quando apresentassem os projetos iriam sentar com a área técnica para ver se havia viabilidade disso acontecer, ou se a área técnica não iria fazer para não ter duplicidade de ação. O outro parecer é o da comissão que avaliou. A Sra. Andréia Claudino informou que quase todos os projetos não vieram com o parecer da área técnica, então o Sr. Edvaldo foi atrás das áreas técnicas, para pegar o parecer das áreas técnicas. A Sra. Rose Bico do Papagaio informou que tentaram conversar com a área técnica, mas, houve algumas dificuldades também, como a área técnica dizer que naquele momento não tinha tempo para avaliar, não tinha como fazer isso. A Sra. Márcia Valéria - Secretaria Executiva CIES/CIB-TO ressaltou a importância que tudo isso seja registrado oficialmente, esse contato, porque se manda um e-mail, manda um memorando, exija a resposta, não tem tempo, mas isso tem que está escrito para que ninguém seja prejudicado e a possamos alertar



SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

essas áreas da importância disso. A Sra. Rose informou que no momento que obteve a 746 747 resposta da área técnica, resolveu que mandaria o projeto para aprovação. A Sra. 748 Andréia Claudino ressaltou que houve o cuidado de ir atrás da área técnica e que 749 foram seguidos os mesmos critérios. Após discussões pertinentes, a Sra. Márcia Valeria reiterou o que o grupo havia discutido. "É prudente que seja revisado com a área 750 751 técnica, porque as metodologias são diferentes, o público é diferente do que se tem 752 previsto e o mais importante ainda é o movimento dos municípios, porque esse é o 753 propósito dos projetos do PAREPS, o movimento do município começar a sentir a sua 754 necessidade e ele ver e tentar cobrir essa necessidade, então por isso esse documento, esses projetos mesmo eles não sendo recomendados, eles precisam ser revisados, 755 readequados ao projeto como manda a portaria e depois reapresentado. Não quer 756 dizer que vai acontecer, pois só depois que ele tiver todo esse novo desenho ele volta 757 para cá para ver se ele será prioritário ou não para esse PEP 2012/2013". Foi consenso. 758 759 Em seguida foram apresentados os projetos recomendados e, posteriormente, as 760 demandas levantadas por meio do Formulário FORMSUS. A Sra. Márcia Valéria -Secretaria Executiva CIES/CIB-TO informou que o mestrado já se encontrava em 761 762 andamento, com contato com o Instituto De Saúde Coletiva da Bahia - ISC-UFBA. A 763 Sra. Andréia Claudino – Coordenação de Ensino – DGETSUS ressaltou que se deveria dar uma atenção especial à categoria dos fisioterapeutas, que teve representatividade 764 na resposta do FORMSUS. A Sra. Márcia Valéria – Secretaria Executiva – CIES/CIB-TO 765 766 destacou a participação decinquenta por cento dos fisioterapeutas, mas no total só 767 foram duzentos profissionais de todas as categorias que responderam em um universo 768 de mais de dois mil profissionais que atuam nas unidades hospitalares, sendo que o 769 prazo foi dilatado. Inclusive foi solicitado o apoio dos NEPS hospitalares: "Nós tivemos 770 na semana passada uma reunião aqui com os núcleos de educação permanentes dos hospitais, solicitamos a esses núcleos que façam essa intervenção junto a esses 771 profissionais para que deem esse crédito e a justificativa que eles nos apresentaram em 772 relação ao não atendimento dos profissionais no preenchimento é que os profissionais 773 774 não acreditam nesses processos, uma vez que eles ficaram um ano fora da gerência da 775 SESAU; nós pedimos uma carta de crédito para eles, para que possamos saber dessas



777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794



necessidades e possamos minimizar essas dificuldades que eles estão tendo. E convidamos na ocasião os responsáveis por NEPS para esta reunião; eles falaram que não sabiam da existência da CIES e que gostariam de estar aqui, nós convidamos a participar por e-mail, verbalmente, mas nós não obtivemos presença de nenhum representante aqui. Nós temos NEPS nos hospitais de Palmas também, vieram os dos hospitais dos municípios, mas se nós pedimos e pelo menos os de Palmas viessem para que eles colocassem as dificuldades deles, mas eles também não compareceram, então gostaria de deixar registrado que foi feito o convite tanto de forma verbal como por email mas eles não estão aqui para defender essas necessidades que eles têm em relação a esses processos educacionais". A Sra. Márcia Valéria – Secretaria Executiva CIES/CIB-TO informou que sairia um documento CONSENSO CIES/CIB/Nº. 001/2012 versando sobre revisar os processos não recomendados, mas que seguiram todos os critérios, excetuando-se a condição de PARECER da Área Técnica, como uma nova oportunidade, ressalvando que esta revisão não seria garantia de o projeto vir a ser financiado pela PNEPS. O consenso foi assinado por todos os membros titulares ou suplentes presentes na reunião e seria encaminhado à CIB em próxima reunião para homologação. Às onze e meia reunião foi encerrada, e eu Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana, Secretária Executiva desta CIES/CIB-TO lavrei esta ata, que segue com as assinaturas dos membros presentes nesta reunião.

MEMBROS DA CIES PRESENTES NA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CIES/CIB-TO	
04 -05/09/2012	
Adeusvi Moreira dos Santos	
Andreis Vicente da Costa	
Carmem Lúcia S. Santos Fonseca	
Clleyson Raphaell Alves Bueno	
Dilvani Firmino da Cunha	
Elizangela Braga Andrade	
Erlaene Tedesco Canêdo	
Getúlio de Sousa Araújo	
Ivone Maria Quintino	



SECRETARIA DA SAÚDE www.saude.to.gov.br

Jair Clarindo da Silva	
Jarmondes Carlos da Silva	
Juliana Ramos Bruno	
Klauren Mendonça R. Santos	
Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo	
Márcia Valéria R. de Queiroz Santana	
Marcos Fabiano M. da Costa	
Maria Antônia Delle Vedove	
Maria Goret Lima Sodré dos Santos	
Maria Sortênia Alves Guimarães	
Nátia Maria Pereira Rodrigues	
Neirton José de Almeida	
Neucilene Rodrigues de Carvalho	
Noledir Solange dos Santos Santiago	
Patrícia Martins Buhler Tozzi	
Rosemeire Vieira P. Aquino	
Talita Brito Tenório	
Valéria Viero Aquino de Barros	